O «ISABELINO» E O «MANUELINO» SÃO MANIFESTAÇÕES ARQUITECTONICAS SIMULTANEAS, EM CASTELA E EM PORTUGAL, DEVIDAS A CAUSAS ANALOGAS

por

VIEIRA GUIMARÃES

Medico-professor do Lyceo de Camões de Lisbôa, Comendador da Orden de N. S. J. Cristo, Socio da Academia de Historia de Madrid e da Academia dos Sciencias de Lisbôa.

O século XV tinha mediado havia quatro anos, quando o anjo fatal cortou o fio da vida, em Valadolid, a D. João II, depois de um reinado porceloso pelo lado politico, mas de alto brilho pelo literário.

Sucede-lhe no trono o apoucado Henrique IV, que, por suas liviandades, deixa polular bandos sediciosos que, ao morrer, tomam atitudes, apresentando o reino o mais triste dos espetáculos e a mais depravada das situações.

O desenfreamento de baixos instintos, o assalto e os roubos aos viandantes pelos caminhos, a circunstancia de os castelos senhoriais se haverem tornado em valhacoito de ladrões, a opulencia dos grandes a ofender a miséria dos pequenos, a licenciosidade conspurcando as familias, o relaxamento do clero, a baixesa da moral, o regio talamo acusado de poluição, assim como a côrte transformada em lupanar, tais são as principais negras cores do miserável quadro.

O passamento de Henrique IV, 1474, faz estalar a verdadeira guerra civil, pois latente já existia de há muito.

Um partido vai por D. Isabel, filha de D. João II, e trisneta de D. João I de Portugal, correndo-lhe nas veias sangue da *inclita geração*, e outro enfileira por D. Joana, filha de D. Henrique de quem os contemporaneos infundadamente diziam não ter sangue, embora o tenha da *inclita geração* por ser tambem trisneta do *Boa Memória*.

D. Isabel, casada, 18-10-1469, em Valadolid com o *almocreve* D. Fer-

nando, principe de Aragão, contra a vontade do irmão que, na célebre conferencia de Gibraltar tinha ajustado o seu casamento com D. Afonso V rei de Portugal, nada tardou, após a morte daquele, que se não fizesse aclamar rainha de Castela, na pitorescamente alcandorada cidade do Eresma e do Clamores, começando, com indomável inergia, aos 20 anos, a vida de pertinazes trabalhos de que resultou o resurgimento da sua abatida e aviltada pátria.

A primeira luta que teve de sustentar foi com o partido do próprio marido.

Não estava D. Fernando, naquele dia em Segóvia, pois negócios de seu pai, em Aragão, o tinham chamado, mas em breve chega e grande discussão se trava.

Era homem e queria ser o verdadeiro rei.

Era homem sim, mas não tinha a inteligencia e as altas qualidades que a enriquecem, a qual fez de sua mulher uma das mais extraordinárias mulheres de todos os tempos.

Como tal, o que é infelizmente de todos os tempos tambem, teve esta adversários, e grandes adversários foram êles, até que se curvaram ás belas, austéras e patrióticas deligências de seu infatigável génio e ás hábeis diplomacias de seu portentoso talento.

Naquele debate uns querem que o trono pertença a D. Fernando, por ser verão representante da familia Trastamara, mas outros seguiam D. Isabel, como filha do ramo primogénito, e por ter chegado a ser reconhecida herdeira pelo rei defunto, seu irmão.

Porem, a sagacidade de Isabel revela-se de pronto e faz assentuar que reinariam os dois, dividindo-se, ainda assim, as ordenanças de govêrno, fixando-se nas moedas as duas efigies e, no selo real, as armas de Castela e Aragão seriam enlaçadas.

Os partidários de Fernando não o deixam convencer e êste reage, mas a finura da moça rainha consegue aplacá-lo, convencendo-o de que as duas vontades não fariam senão uma só.

Assim se aplacaram os desassocegados animos.

O que pode a força duma lucida inteligencia!

A que ela dá origem!

Esta unidade, filha do talento de D. Isabel, vai dar um brilhante resultado, no campo do nosso humilde trabalho.

Nascem daqui, desta centelha genial, os embleáticos *jugo*, o *molho das setas*, as *jução* do *I. F.* e o tão expressivo e prepositado *Tanto monta* que vamos ver engalanar as obras arquitetónicas deste celebre reinado, dando-lhes um cunho original que tão bem as define e que tanto nos faz

admirar essa ideia inspiradora, tão belamente apreendida pelo famoso mestre João Güas e discipulos.

Antes que os vejamos esculpidos em paredes, relevados em moedas, e bordados em guiões reais de parelhas com outras manifestações artisticas, formando o modo de ser arquitetónico a que Bertoau, com toda a justiça, pôs o nome de *Isabelino*, diremos duas palavras para esclarecimento do seguimento politico da parte de Isabel de Castela e da de Afonso V de Portugal, visto êste ser chamado, por várias razões, a suceder a Henrique IV, e dar origem ao aparecer aquele modo arquitetural.

D. Afonso V, tio de D. Joana e seu esposo sem consumação do casamento por falta de dispensa ponteficia, vai com seus portugueses robustecer o partido grande de castelhanos que, infelizmente, sem coesão torna-se fraco, provando-o na Batalha do Campo de Castro Queimado que faz inscrever tristemente a palavra Toro na desvairada peleja.

Triste foi esse embate de armas do entardecer de 1 de Março de 1476 para ambos os contendedores, cujos exércitos desapareceram envolvidos no manto negro da noite, ficando, todavia, firme em campo, com a honra da vitória, a falange heroica do principe que um dia havia de ser chamado D. João II e que D. Isabel começava a conhecer para, tambem um dia, lher chamar, *O Homem*.

Se as palmas do vencimento pertencem a êste, os proventos da batalha podem ser atribuidos aos contrários do pai, embora o procedimento de D. Fernando que, por cautela, não desceu ao campo em que seus soldados se bateram, não se possa comparar ao de D. Afonso que combateu como valente cavaleiro que era, nas horas de luta.

Esta prolongou-se, arrastadamente por mais três anos, ma teve que acabar diante da manha dum Luiz XI e da actividade febril dessa desembaraçada mulher que provocou o tratado de 4 de Setembro 1479.

De tanto assédio, de tanto cerco, de tanta depradação só Toro ficou na história como batalha.

Embora Bachiler Palma, cronista do tempo, diga que essa batalha indecisa então e ainda hoje para nós, foi grife divina paga do desastre sofrido em Aljubarrota não se pode comparar Aljubarrota a Toro.

Contudo, verdade se diga, aquela que mais directamente foi beneficiada por essa batalha, grande partido tirou dela e pôde dai avante dar mostras do seu grande talento, da sua viril vontade, da sua cristã educação, da sua penetração de espirito, tão elequentemente revelada na sua visão politica, á qual a Espanha deveu os seus dias de maior glória.

Envaidecida, mais pelos resultados do que propriamente da fingida vitória de Castro Queimado, começou D. Isabel, por graças a Deus dar,

o que a levou a levantar nas ribas escarpadas do Tejo, em Toledo, monumento condigno do suposto valor daquela, e tambem para seu corpo receber quando seu gentil espirito da terra partisse.

Á lembrança lhe veio seu bisavô D. João I de Portugal que tinha erguido o monumento da Batalha em agradecimento santo pela verdadeira vitória de Aljubarrota e tambem para nele repousarem seus restos mortais.

Fervia-lhe nas veias o sangue ávito de seus avós lusos.

Verdadeiramente genial, D. Isabel cria um Estado novo.

A sociedade seria a mesma, mas essa sublime mulher teve o inteligentissimo poder de a galvanisar, atrelando-a ao carro triunfal da sua marcha de progresso e de civilisação.

Ela corta com o passado.

Dêste só toma o que sirva a sua ambição de grandesa e de glória.

O marido vai no caudal de seu triunfo, embora exija que, em publico, seja vista a sua efectiva comparticipação na governação do Estado, tanto mais que, 1479, passa, por morte do pai, a ser rei de Aragão.

O ogivismo, aereo e leve, que, com tão belas construções tinha enriquecido desenas de povoações em Castela e que tem em Burgos, Toledo e Leão três catedrais do seu melhor estilo, recebe agora novo e mais brilhante arranjo, em seu ataviamento, nas obras que a presente orientação, tomada pelos dois reis unidos, vai levantar no sagrado solo da sua patria, cujos habitantes, sem oposição, os reconhecem, como seus legitimos e gloriosos imperantes.

É chamado a presidir á nova escola artistica João Güas, discipulo insigne da que deu a Castela estupendas manifestações que agora vão ver, as novas, vestir adornos novos de novas concepções.

Algo influenciado pelo novo meio artistico-social, criado pela sábia administração e governação da talentosa rainha, dá original forma á arte arquitetónica, a que os emblemas reais e reminiscencias muslimes, o que tanto lhe determinam o caracter, fazem um admiravel conjunto que sobremaneira se impõe á nossa admiração e ao nosso estudo.

Sem que possamos nesta humilde comunicação distrinçar todas as formas, descrever tão elevados representantes desse brilhante periodo artistico, para que se não torne longa, enumeraremos, todavia, alguns monumentos, onde eles se ostentam, onde eles se patenteiam belos, estranhos e significativos.

S. João de Los Reyes, o prototipo, igreja duma só nave e de côro ao fundo, em cujo cruzeiro o celebre friso é pujantemente enriquecido com as enormes águias de asas abertas, pendendo-lhes do pescoço o es-

cudo real com as armas de Castela e Aragão, amparados, em baixo, pelo molho de setas e pelo jugo sobre o dorso de dois significativos leões; com estatuas de vários personagens religiosas sob baldaquinos dum arrendado encantador; com os ciumentos *I.* e *F.* e com uma longa inscrição que faz lembrar as palavras árabes de seus brilhantes palácios, possuindo tudo isto um ar de harmonia e de grandesa que é como que a coroa gloriosa de quem mandou fazer e de quem executou.

A cartuxa Miraflores, num pitoresco arredor de Burgos, acabada em 1478 por Haus de Colónia, encerra o tumulo magnifico de D. João II

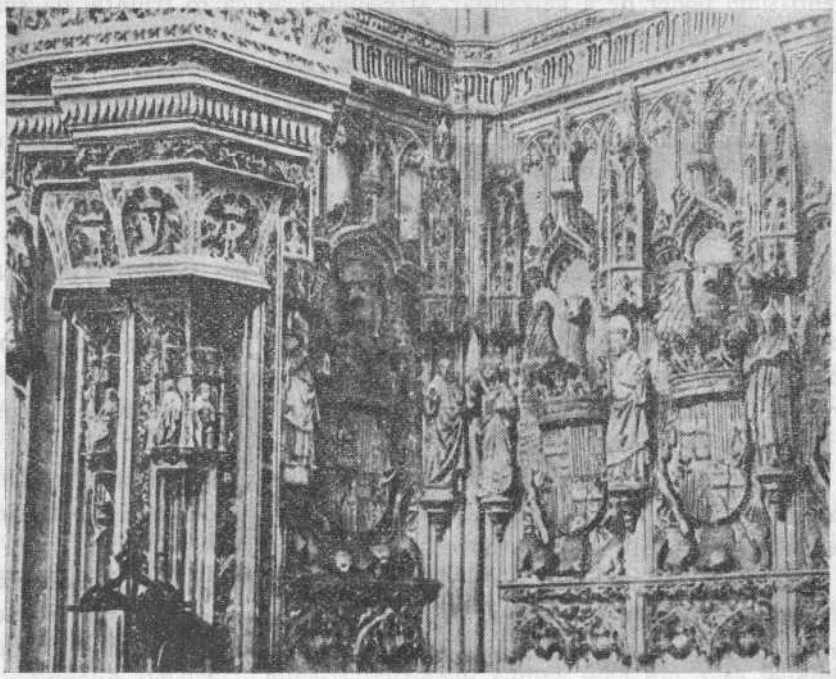

Fig. 1.ª

Célebre friso *isabelino* da Igreja de S. João de los Reyes, em Toledo.

e de D. Isabel de Portugal, pais da famosa D. Isabel de Castela, testificando, na sua profusão de esculturas e estatuetas a concepção extraordinária de Gil de Siloé; e a de Diego da Cruz, no estupendo retabulo policromo que tantissimo enobrece a capela sepulcral e que, segundo a tradição, teria sido dourado com as primeiras pepitas trazidas por Colon.

Madrid, ainda longe, e bem longe de ser a capital da grande Espanha de Felipe II, vê erguer a mimosa capelinha do Bispo, joia linda do *isabelino*.

São Tiago, a famosa mãe de arte e de fé, onde tenho a subida honra de estar falando, recebe a esmola, da piedosa D. Isabel, do seu hospital dos peregrinos, podendo, ainda boje, admirar-se os lindamentos rendilhados feixes de colunas de sua igreja, para os quais, segundo a fama, o meu Rei D. Manuel I, duplo genro dos *Reis Católicos*, enviou pedra de Ançã.

Avila, a patria sublimada dessa outra extraordinária mulher que tem na história da Fé o nome de Santa Teresa, recebe da magnificencia isabelina o seu santo Tomaz, e Segóvia vê, de suas altas e valentes muralhas, restaurar o velho Santa Cruz, o primeiro Convento fundado pelo famoso Domingos de Gusmão, em cuja igreja o *Tanto Monta* é emblema generalisado.

Agora paremos um pouco na enumeração e demos conta de dois acontecimentos que vão, por completo, mudar o caris á sociedade castelhana no seu aspecto economico e dai em todos os outros.

O insquecido ano de 1492 os comporta: a Tomada de Granada e a ida de Colon para as Indias Ocidentais.

Granada, o ultimo reducto duma brilhantissima civilisação que rendeu á velha Espanha dia de flugente glória, da aquel tão grande cunho havia de herdar a que seguiu, principalmente no resplandecente campo de que estamos tratando, acaba, nesta altura da minha exposição, de entrar no corpo geográfico castelhano pelos esforços herculeos desse general de rija tempera e de animo invencivel, D. Isabel, dando a esta todo o cortejo de beneficios que tão grande presa podia proporcionar.

Ainda não de todo apagados os ecos de glória e de triunfo pela épica rendição, surge outro acontecimento da mais alta transcendencia para Castela.

A gloriosa e cientifica escola de navegação portuguesa continua no seu intenso e brilhante progredir e é frequentada não só por portugueses mas tambem por estrangeiros ou estransgeirados.

Um discipulo dela, genovez por se dizer, mas portuguez pelo sangue e pelo nome, segundo parece, Salvador Gonçalves Zarco, Cristóbal Colon, destaca-se e vai com o cerbero cheio de utôpias, oferecer-se a Castela, depois de não ser acreditado pela ilustrada comissão de astrologos do *Principe Perfeito*, dizendo que pelo Ocidente, chegaria á India.

Sete anos peregrinou Colon entre conventos e audiencias régias até que Isabel, livre agora das contingencias da guerra granadina, aceita a

ardente fantasia e, num rasgo de sua claravidencia, manda aparelhar três navios, ainda que para isso fosse preciso empenhar suas jóias.

O sonho de um e o genial de outro dão um novo mundo ao Mundo, do que vem a Castela um novo modo de ser social.

As artes, sensiveis a todas as manifestações politico-sociais, participam dessa revolução, recebendo grande influxo e a estravagante portada de S. Gregório, em Valadolid, o atesta.

Os seus homens hirsurtos e mais elementos arquitetónicos assim o denunciam.

Se não estamos enganados, Isabel ainda vê tão estranha obra, pois o magestoso claustro, de dentro, documento é autentico do periodo assás brilhante que tem o seu grande e glorioso nome que tão caracterisado está no rico friso que circunda a importante quadra.

É o derradeiro documento.

1504 aproxima-se e vê sumir o brilhantissimo e gentilissimo espirito que, por espaço de 30 anos, alumiou Castela e que, senão houvesse um comtenporaneo D. João II em Portugal, diriamos a ver alumiado o mundo.

Até na sua motte, a arte se revelou.

O artista, Domingos Fanceli, que concebeue executou o jasigo dos *Reis Católicos,* na sua capela tumular em Granada, que trocaram pela primitiva S. João de Los Reyes, bem patenteou quanto foi de superior a rainha Isabel.

Pôs a cabeça desta mais alta do que a do marido, indicando assim o grau de superioridade intelectual de que tantas e tão brilhantes provas deu.

E assim devia ser.

* * *

Agora comtemos o que vai por Portugal que faz originar o *manuelino.*

D. Afonso V, artritico, obeso, com o coração tocado pela degenerescencia gordurosa, cansado pela sua gloriosa acção nas tomadas de praças marroquinas, desgostoso pela infeliz defesa dos direitos de sua sobrinha e esposa, D. Joana, é assaltado, aos 49 anos, por uma *febre aguda,* em Sintra, de que morre, na mesma casa onde nascera, legando o país ao filho que se queixava de só dele lhe herdara as estradas.

Embora D. Afonso V não transfira Portugal no estado miserando em que Henrique IV tinha deixado o seu, de cujo quadro já demos al-

gumas das suas mais vivas e pavorosas cores, D. João II sobe ao sólio, tendo o seu reino um pouco desiquilibrado em suas finanças, pelos gastos impensados do pai, mas mais moralisado do que o daquele, salientando-se, todavia, peli lado politico, o grande obice que ele sintetisava na frase dita acima.

Para remédio de tão grave mal, o rei portuguez fez dizen aos representantes do terceiro estado, nas cortes de Évora, reunidas após a sua ascensão ao trono, entre outros pedidos o de que ele exigisse dos fidalgos os titulos de suas propriedades, articulado que os irrita sobre modo.

Não foi preciso mais para ser travada a grande batalha.

D. João, homem de ponderado pensar e de pronto resolver, obrigado foi assim a principiar, sem delongas, a luta em favor da unidade monárquica que a sua muita ilustração, á italiana, fazia conceber para bem da sua nação, para a qual antevia radiosos dias de grandesa e de glória.

Não vacila e a sorte põe-lhe nas mãos as provas dessa rebilião, chefiada por D. Fernando, opulento duque de Bragança, que, se podia dizer, senhor de meio Portugal, estorvo colossal á nova politica que de França e de Itália tão elequentes exemplos lhe vinham.

Um processo corre veloz e, sem atenuantes, a cabeça do cunhado rola no cadafalso da capital alentejana, pagando a conspilação em projecto.

No socego relativo, após a decapitação de D. Fernando e, no seu obsecante principio de ser rei de Portugal e seus dominios, resolve D. João II enviar á costa da Mina, presente do pai quando principe para sustentação de sua casa, o fidalgo dela, Diogo de Azambuja, para fundar ali fortalesa que atestasse, bem firme, a sua posse.

Dez caravelas e duas urcas para lá partem e com suma habilidade se houve, o diplomata portuguez, pois em 20 dias a construiu, dando-lhe o nome, tão querido a seu rei, de *S. Jorge*.

Em tal honra ficou tido o fazedor de tão alto serviço, que, ao voltar, pode ser testemunha, na terra do Sado, no desentolar trágico da maquinação do duque de Viseu.

Esta é vasta e activa, pois os rebeldes não pararam na sua sinistra teimosia, querendo vingar-se da degolação do primeiro fidalgo da nação e assegurar os seus velhos e recentes direitos que o dadivoso D. Afonso V lhes tinha outorgado.

Outro chefe se apronta a capitaniá-los para *matar primeiro que o matasseb*, sentença que o faz receber, em pleno peito, o punhal real, nas casas de Nuno da Cunha, em Setubal.

Assim vinham ás mãos do imperante bens que, reunidos nas casas

Bragança e Viseu, favoreciam uma politica que se opunha aquela que se poderia implantar, inegavelmente, sem tanto sangue correr, mas em que as circunstancias obrigaram a proceder assim os figurantes, podendo D. João II agora dizer que nem só das estradas era senhor.

Três anos levou este lutar ingente contra um poder que via perder as suas perrogativas, minado, no momento, por aquele outro que, escudado no povo, se queria estabelecer de vez para governar sem peias, nem embaraços.

Liberto da aristrocacia orgulhosa e tomultuosa, restabelecida a paz, sem a quel não há nação progressiva, não há sequencia de ideal colectivo, não há integro patriotismo, entrega-se D. João II á organisação plena do governo de seus estados daquem e dalem mar.

Daquem mostra-o na reforma do escudo do reino segundo as leis da heraldica; no lavrar de novas moedas em que as duas faces de seu reinado são representadas; no arrecadar dos impostos; no largo armar a nação com lanças e jubanettes; na repressão do demasiado luxo; na distribuição de equitativa justiça que, pensado de moço, revelado é quando, ao casar, tomou o pelicano por divisa com a célebre letra *pela lei e pela grei;* na sumptuosidade com que em Évora recebe aquela que a sua clarividencia e a da rainha que em Castela, pelos seus talentos, podia ser bem a sua rival, idearam ver assentar-se no trono com, o seu querido filho a quem ele o deixaria uno e indesputável, assim tambem no que alem fronteiras faria desaparecer estas, para que na velha Hespanha voltasse a haver só um reino, como nos outrora tempos visigodos.

Fatal sorte não deixou ver realisar o sonho que tanto enlevava, dando em resultado ser elevado a esse trono aquele que tinha recebido, por divisa, a esfera armilar, que nós veremos servir de motivo arquitetónico caracteristico do *manuelino,* conjuntamente com a já gloriosa Cruz de Cristo e com o heroico brazão nacional.

O quadro não fica completo, mas, parece-nos, com as cores precidas para ser vista a rejuvenescente acção do *maior rei que nasceu do melhor dos homens,* como disse um seu contemporaneo ilustre.

Grande rei foi não só nos trabalhos de terra, como nos do mar.

Vejamos pois os seus brilhantes trabalhos no alem-mar.

Este, o grande oceano ignoto, já de há muito vinha, pela ciencia criada e pelo valor dos portugueses, a deixar-se cortar pelas quilhas gloriosas, patenteando suas riquesas, suas maravilhas e seus caminhos para novas e radiantes regiões.

A épica carreira das conquistas e descobrimentos, iniciados afincadamente, no venturoso reinado de D. João I, continua a alargar-se por

Os mares nunca doutrem navegados,

á qual D. João II dá agora todo o impulso.

A liquidação forçada, mas terrivel, dos tremendos conflitos de seus primeiros anos de reinado, em que a nobreza dum lado e o rei de outro se debatiam, trouxe ao fim o triumfo deste que se pode empregar, resolutamente, em realisar o sonho de seu tio-avô que tem na história do mundo o imortal nome de *Navegador*: singrar ao sul a encontrar passagem para o Preste-João.

Assim, em 1484, no final de seus dias, duas caravelas enfonam suas velas, ao vento da vitoria, levando na capitania a Diogo Cão que vai, de mar em fora, e ultrapassa o ultimo limite que os navios audazes de D. Afonso V tinham atingido, surgindo em breve no largo e impetuoso rio a que os naturais chamavan Zaire.

Dois anos depois, sai do reino a prosseguir nova viagem, e as costas africanas do Congo, Angola, Benguela, Mossamedes e a de Cimbehasia até ao cabo Serra vão sendo assinaladas pelos célebres padrões, encimados pela cruz da nobre Ordem de Cristo, firmando o ultimo nesse cabo.

Enquanto isto se realisava, um fortuito caso se deu que mais fez avigorar, na alma grande de D. João II, o prosseguimento da missão histórica de Portugal.

Um preto de Bissao veio ao reino pedir padres que ali fossem instruir os seus naturais no cristianismo e por ele se soube haver um reino remoto no nubloso oriente que muito bem condizia com a velha lenda do Preste-João de quem, no reinado de D. Afonso V, algum conhecimento houvera, ainda que tenuo.

A D. João II que já a estas horas era *senhor de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa e senhor da Guiné*, não lhe escapa a informação e duas expedições prepara: uma por mar e outra por terra.

Esta entrega a Pero da Covilhã e a Afonso de Paiva que partem depois daquela e de que só, por Pero da Covilhã, sabe noticias, mas daquela, a por mar, colheu esplendorosos resultados.

Bartolomeu Dias, capitaneando dois navios, que levavam por piloto o que seria o celebre Pedro de Alenquer, é mandado por D. João II a

constinuar a ideia obstinada de D. Henrique que queria aliar-se com o oriental cristão para esmagar o mouro no adusto Magreb.

Os intrepidos mariantes correm mares, sofrem calmarias e vendavais que os fazem engolfarem-se no mar infindo e frio, obrigando-os a reconhecer o termo do africano continente, por nortearem, entrando em regiões de novos horisontes.

Infelismente, porem, os agora aterrorisados tripulantes, depremidos pelos reveses sofridos, não mais atenderam, com grande perda de sua gloria, os rogos do heroico chefe que queria ir ao fim.

Voltando, viu então, em toda a sua grandeza

... aquele oculto e grande cabo,
a quem chamais vós outros Tormentório,
que nunca a Ptolomeu, Pomponio, Estrabo,
Plinio, e quantos passaram, foi notório,

a que puseram o nome de Tormentoso, que D. João II, pela sua lucida inteligencia e vastos conhecimentos da ciencia do tempo, mudou para o de Boa Esperança.

A épica missão, que Deus tinha destinado ao povo luso, acabava agora de levar uma das suas mais triunfais e importantes prossecussões.

No entanto não puderam estas seguir, como era ardente desejo do imperante que tanto a peito quiz fazer maior o que já era grande e glorioso.

A politica externa o preocupa e outros altos destinos fazem-lhe prender a sua clara atenção que uma desgraça extraordinaria enuviou, chegando-lhe a fazer perder o amor á vida, aqual tambem, minada pelo veneno de *Fonte Arcada,* se lhe escoa em Alvor, deixando o setro ao primo-cunhado, cujo nome vai dar nome ao ramo do ogivismo que já a estas horas se tentava levantar nas magens lindas do Nabão.

Mas antes que a pessonha faça a sua completa destruição, o grande rei que tem na historia o sobrenome de *Principe Perfeito* ainda tenta levar avante para completar o pensamento maravilhoso, gerado no potente cerebro de outro grande homem e que já ia para uns oitenta anos, num trabalho continuamente meditado e rigorosamente sientifico e numa presistencia épica, a ser realisado para se chegar ao Preste e á terra opulenta das especiarias.

Seu afortunado sucessor recebe a herança e a afincada ideia, revelando-o no celebre conselho de Montemór em que se opôs ao voto, de experiencia feito, do resto dos membros daquela reunião.

Era a Providenvia que olhava pelo pequeno povo das praias ocidentais da Iberia, a reforçar a voz da nação que queria ir ao fim da sua missão sublime.

Embarcada esta, nas naus do Gama, á sombra da heroica bandeira da Orden de Cristo, aprôa, correndo perigos de mil espécies, ás portas que o terrivel Adanastor tinha fechadas e que haviam já sido abertas pela audácia e ciencia do mais notavel navegador portugues, Bartolomeu Dias.

Ultrapassando-as, surge triunfal em mares alumiados por novos sóis, em mares de novas praias, onde impera o poderoso Samorim, fim da luminosa e homérica viagem que Portugal fazia desde os crentes tempos do inclito mestre da Ordem de Thomar.

O que foi esse famoso sucesso que operou uma verdadeira revolução económica, fasendo deslocar o eixo do comercio das cidades apeninas para o Atlantico, isto é transformou a civilisação fechada do Mediterraneo na larga do Oceano, impossivel é hoje descreve-lo.

Os documentos e as tradições exalta-no de tal maneira que, sem contestação, é o de maior ressonancia, entre os povos do Ocidente, no radiante século XV.

Portugal entôa uma enorme Hosana, cujos ecos chegaram muito alem fronteiras.

Adentro delas, tudo é vida, luz, gloria, triunfo, epopeia que D. Manuel faz prepetuar nos muitos monumentos que, por todo o reino, vinha a edificar e agora, com mais razão, aumenta uns e levanta outros, sendo todos sob a organica do ogivismo.

Aos seus tres gloriosos emblemas: a esfera, a cruz de Cristo e o brazão de Portugal, ajuntaram-se agora, mais e muito mais, outros elementos decorativos que a intensa vida do épico periodo gerara, numa exuberancia grandiosa, original, nacional, patriotica.

Assim vemos: as caracteristicas folhagens, tabelas, gargolas, corocheos que o ogivismo tinha criado; os arcos em ferradura, os estalaquetites que os mouros haviam deixado em suas produções; os corais, as madreporas, as conchas, os animais, o depósito da vaporisação das aguas do mar que os mariantes conheceram; os marinheiros, os briois, os estiques, os camelos do apetrechado massame, as correntes, as ancoras, as velas, ao cães, os gatos, as carrancas, as madeiras que faziam a equipagem das veloses e triunfais caravelas; os leões, os macacos, os hipopotamos que em Africa nasciam; os milheiros que o Brasil patenteava; a vinha secularmente conhecida; a lendaria Mantechora, as cupulas de gomos que a India ensinava; os besantes, as ondas do mar, a liga afive-

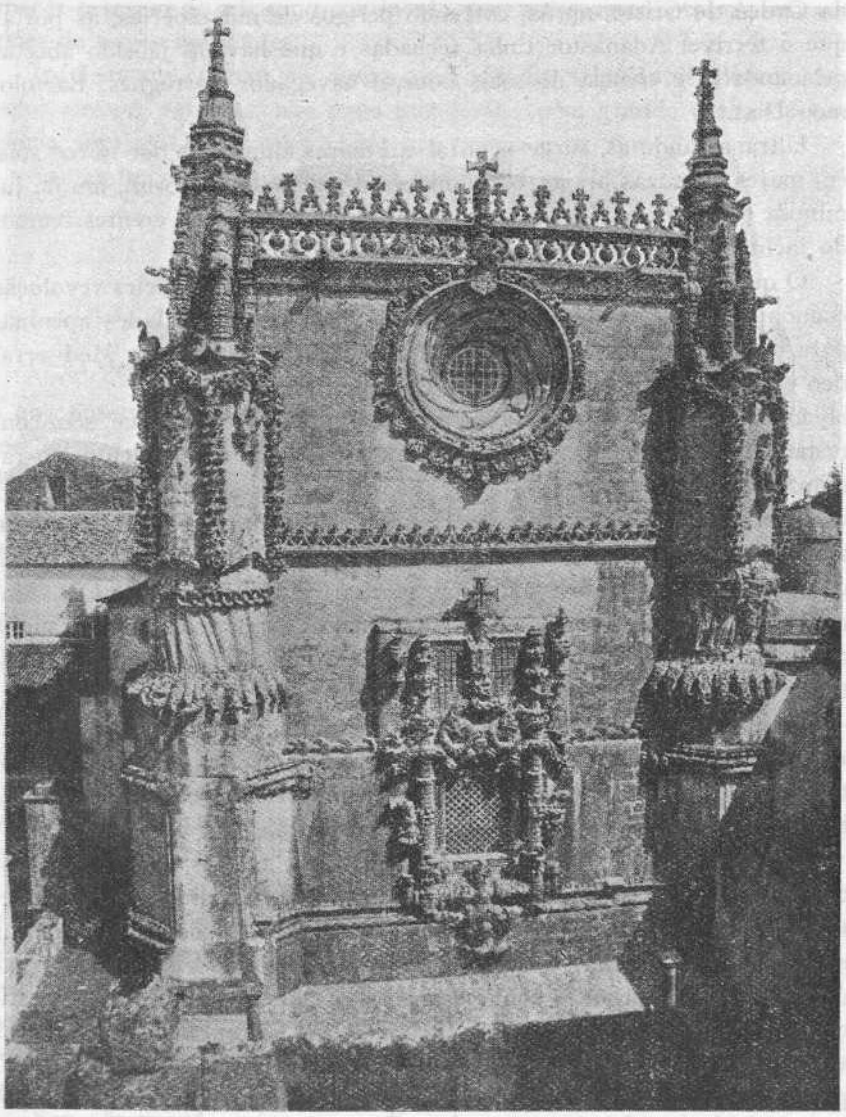

Fig. 2.ª
Fachada occidental do Poema de Pedra em Thomar.

lada da *Jarreteira,* os fusis do colar do *Tosão de Ouro* (?), as divisas de D. Manuel, D. Maria, D. João II que a heraldica conservava; as estatuas de reis e rainhas que a historia perpetuava; os profectas, a Judite e seu apositor, os grandes doutores, os evangelistas, os santos, a Virgem e seu Filho que a religião exaltava.

Todas estas novidades, na sua maioria originais, formam a roupagem sublime com que preclaros arquitectos vão enganalando os padrões que, seião já no tempo de D. João II, no reino, D. Manuel fazia levantar, num rendimento de graças a Deus pela realisação de tão custosos trabalhos, de tão heroicas lutas, de tão gloriosos serviços prestados ao seu Santo nome e á homérica causa da civilisação.

A ela, á decoração apontada, embora abranja os reinados de D. João II, de D. Manuel e de D. João III, lhe foi dado o nome de *manuelino* pelo entendido Varnhagem que bem estudou todas as suas manifestações.

Com essa roupagem, pois, com essa profusa e opulenta ornamentação, originou-se o *manuelino* verdadeiro, o que se pode considerar puro e completo, aquele que fala à alma portuguesa e que a representa na expansão maxima de sua nobre e gloriosa missão de progresso, como = *O Poema de Pedra* = a maravilhosa igreja dos Cavaleiros navegantes em Thomar.

João de Castilho, o famigerado autor desta portentosa joia arquitetural, influenciado profundamente pelo meio navegante da nação que servia, é o porta estandarte da nova arte, possuindo todos esses elementos o candão de assoberbar, de exaltar a férvida imaginação de peninsular, com o fazerem-lhe debuchar, nessa original fabrica, num pensamento, épico a psicologia social do sentir do povo que, por todos os quadrantes do mundo, firmou a sua inconfundivel individualidade, no abrir as portas á radiosa Idade Moderna.

De todos os monumentos de D. Manuel, que não descrevemos por longo ser, é a Igreja dos cavaleiros de Cristo o que mais motivos arquitetonicos encerra daqueles, o que, com mais puresa, se encontra, o que melhor e mais evidentemente patentêa a influencia manuelina e caracterisa esse aureo periodo de opulencias, de triunfos, cantando e perpetuando, primeiro que Camões,

... o peito ilustre Lusitano,
a quem Neptuno, e Marte obedeceram.

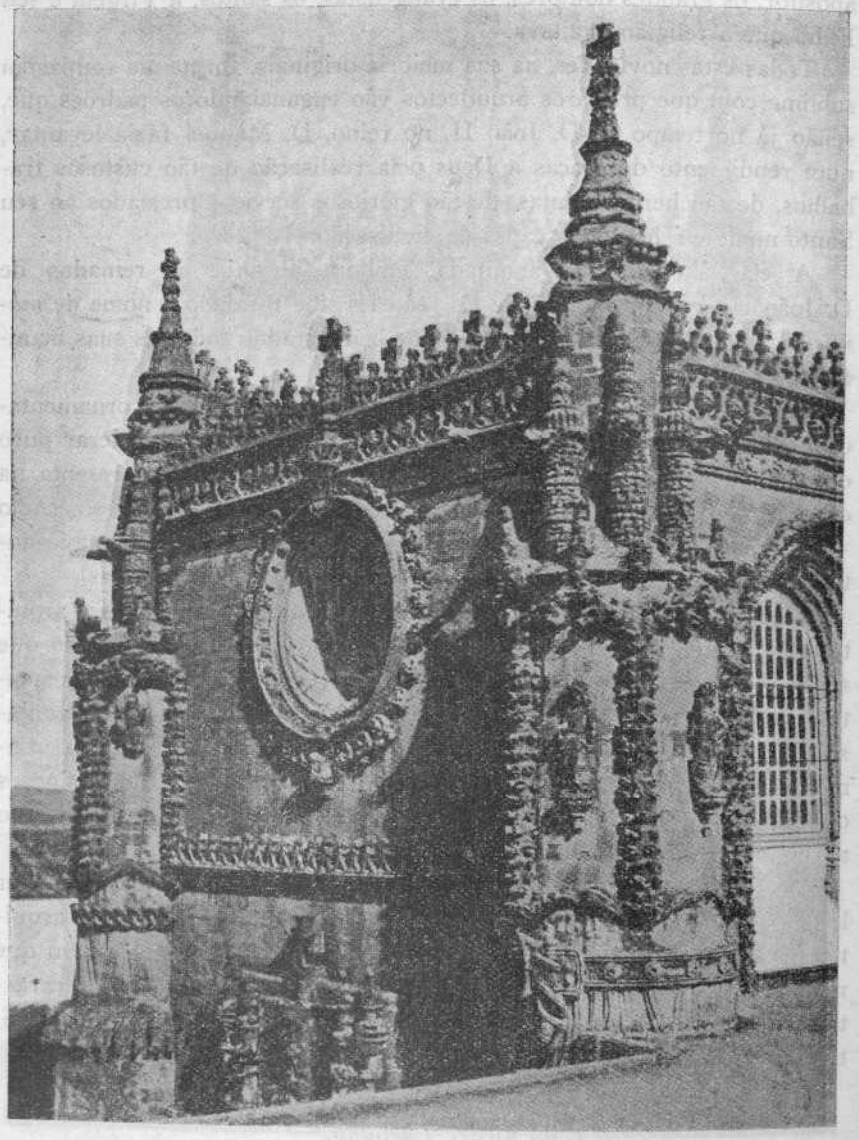

Fig. 3.ª
Parte superior da fachada occidental da Igreja de Thomar, em que se vêm a liga da *Jarreteira* e o colar (?) do *Tosão de Ouro*.

A humanidade no seu incessante progredir, criou, por condições de meio, tres povos a quem se devem os explendores da civilisação odierna: a Grecia, Roma e Portugal.

A Grecia, mãi das artes e das ciencias, foi, pelas fulgurantes conquistas de Alexandre, a helenisadora do Oriente, embora ai não produsa os explendorosos frutos de que no Ocidente vai ser tão fecunda.

Esse glorioso papel cabe a Roma.

Aguerrida em seus trabalhos, foi, pela conquista da civilisada Macedonia, a helenisadora da Europa e de Africa conhecida, cobertas pelas suas dominadoras aguias.

Portugal, prenho de ilustração greco-romana, foi, pelos arrojados vôos de seus audazes navios, que abriu os caminhos maritimos, dando ao

Mundo novos mundos.

O povo grego pode representar-se pelo seu caracteristico Partenon, o romano pelos arcos de triunfo que as suas invenciveis legiões levantavam em honra e gloria de seus imperadores e o portugues pelo épico monumento dos cavaleiros navegantes em Thomar que sintetisa o maior esforço de todas as raças e de todos os tempos, a bem do progresso humano, a bem da civilisação universal.

CONCLUSAO

Pelo que palidamente deixamos dito, vê-se que Castela e Portugal, ao acabar a Idade Media, desceram um pouco no seu papel historico, pela impotencia dum reinante e pelas leviandades de outro, mas, não abandonados pela Providencia, esta faz assentar em seus tronos, simultaneamente, dois imperantes dignos do momento que passava.

Apresentava-se áspero e duro o caminho a percorrer, mas os seus talentos eram grandes e provaram-no nesta custosa emergencia nacional.

Os processos empregados, no entanto, foram opostos, mas o resultado foi o mesmo.

E haviam de aqueles ser como foram: duma parte, uma gentil mulher, do outro, um testo homem.

A nobresa àquela foi cedendo, umas após outras regalias, diante da sua ductilidade, viva e inteligente, a este opôe-se-lhe revolucionariamente de maneira a ser mantida em respeito e temor pelo cutelo de misterioso algoz e pelo certeiro punhal real, mas afastados os estorvos, estabelecida a paz, começam de florir os dois reinos e esse florescimento revela-se, no campo do nosso tema, na copiosidade de seus monumentos, nas suas artes, sem se copiarem, embora tenham inflitrações.

Em Castela, primeiro o foi, do que em Portugal, que só no reinado de D. Manuel, por curto ser o de D. João, pode expandir-se em grandesas e em galas.

Os exemplares monumentais das duas nacionalidades, aqueles que têm toda a nobresa e riquesa de representação, são do lado da genial D. Isabel, o primario e lindo S. João de Los Reyes, e do lado do faustuoso D. Manuel, o opulento e épico *Poema de Pedra* de João de Castilho em Thomar.

Isabelino e *manuelino* são as palavras que qualificam os dois brilhantes periodos arquiteturais respectivamente a seus reinantes e com toda a propriedade o são e tambem o são pela duração.

Mortos os dois monarcas, a grande D. Isabel I de Castela e o afortunado D. Manuel I de Portugal, o Renascimento, terreno e macisso, invade os dois paises e ofusca, com os seus resurgimentos clássicos, as excelsas manifestações artisticas anteriores que tanto se impõem pela sua gracilidade, pela sua originalidade e pelo seu nacionalismo.